

REGISTRO DE IMÓVEIS

Comarca:

Entrância:

Juiz(a) Diretor(a) do Foro:

Município/Distrito:

Serventia:

Titular/Responsável:

Substituto:

Data da correição: _____

Horário da correição: _____

Auxiliar(es) da fiscalização (informar nome e matrícula):

O Titular/Responsável visualizado no cabeçalho está correto?

() A) Sim

() B) Não

Caso negativo, informe o nome e CPF do atual Titular/Responsável:

O Substituto visualizado no cabeçalho está correto?

() A) Sim

() B) Não

Caso negativo, informe o nome e CPF do atual Substituto:

Situação da Serventia) Esta serventia encontra-se regularmente provida por Titular?

() A) Sim. A serventia está provida.

() B) Não. A serventia está vaga.

ATENÇÃO: No caso de serventia vaga, conferir se consta da Lista Geral de Vacância publicada por meio do Aviso nº 47/CGJ/2015 e do Aviso publicado em janeiro de 2016.

Caso a vacância não conste da Lista Geral, deve ser comunicada imediatamente à Corregedoria-Geral de Justiça pelo e-mail cafis@tjmg.jus.br, nos termos do artigo 27, § 3º, do Provimento nº 260/CGJ/2013, com redação dada pelo Provimento nº 276/CGJ/2014."

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

1) A serventia possui o Livro "Visitas e Correições", consoante determinação contida no Provimento nº 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça c/c art. 67, I e 69, do Provimento nº 260/CGJ/2013, com redação dada pelo Provimento nº 321, de 4 de maio de 2016? (

ATENÇÃO: Recomenda-se que esse livro seja previamente encadernado.)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

2) São observados fielmente os dias e horários de funcionamento, afixando, em local bem visível, na parte externa da Serventia, placa, cartaz ou aviso indicando o horário de atendimento ao público, consoante o disposto no artigo 46 do Provimento nº 260/CGJ/2013? Em caso de funcionamento em horário diverso do Provimento nº 260/CGJ/2013, há autorização do(a) Juiz(a) de Direito Diretor(a) do Foro através de Portaria, para o funcionamento de, no mínimo, 7 horas diárias?.

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

3) As Tabelas de emolumentos com os valores vigentes são afixadas em local visível, de fácil leitura e acesso ao público (artigo 6º, § 3º, Lei nº 15.424/2004 e artigo 19, inciso VII, do Provimento nº 260/CGJ/2013)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

4) Na serventia é observada, fielmente, a contagem e cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos de seu ofício?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

5) A Taxa de Fiscalização Judiciária é recolhida no prazo estabelecido no artigo 2º da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/MG-SEF/MG nº 03/2005? (para auxiliar a resposta a este quesito , acesse o relatório "Extrato de GRCTJ Recolhidas por Período de Apuração - Somente TFJ", disponível no SISNOR)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

6) Foi constatada a ausência de recolhimento ou o recolhimento a menor da Taxa de Fiscalização Judiciária? (para auxiliar a resposta a este quesito, acesse o relatório 'TFJ Calculada, Declarada e Recolhida', disponível no SISNOR)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

7) É fornecido recibo circunstanciado constando o valor dos emolumentos, da Taxa de Fiscalização Judiciária, do RECOMPE, e o valor final ao usuário, arquivando-se a respectiva segunda via na Serventia, bem como é feita a cotação desses valores à margem do documento a ser entregue ao interessado, consoante o disposto no artigo 8º da Lei nº 15.424/2004 c/c artigos 12 e 13 da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 03/2005 c/c artigo 105 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

8) São recolhidos os valores relativos à compensação destinada aos Registradores Civis das Pessoas Naturais pela prática dos atos sujeitos à gratuidade estipulada em lei, conforme artigo 31 e seguintes da Lei 15.424/2004)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

9) Os Selos de Fiscalização, livros, fichas, papéis e documentos são mantidos em ordem e em bom estado de conservação, em local adequado e seguro?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

10) A ordem, segurança e cópias dos documentos formalizados são mantidos com a utilização de sistema de computação, microfilmagem, disco ótico ou outro meio de reprodução magnética?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

11) O atendimento às partes é feito com eficiência, urbanidade e presteza?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

12) É observado o atendimento prioritário às requisições de papéis, documentos ou informações solicitadas pelas autoridades judiciárias ou administrativas, para a defesa das pessoas jurídicas de direito público em Juízo?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

13) São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e todos os outros atos normativos que digam respeito a sua atividade?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

14) São observados os prazos legais fixados para a prática dos atos do seu ofício?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

15) É encaminhada, por meio eletrônico, a Declaração de Apuração e Informação da Taxa de Fiscalização Judiciária - DAP/TFJ, até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao da prática do ato, ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, consoante o disposto no artigo 9º, caput, da Portaria Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 03/2005? (para auxiliar a resposta a este quesito, acesse os relatórios 'Serventias sem DAP / relatório isolado' e 'Serventias com DAP atrasada', disponíveis no SISNOR)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

16) É fiscalizado no âmbito interno da serventia o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que deve praticar?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

17) As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente, consoante o disposto no artigo 198 da Lei nº 6.015/73 c/c artigos 124 e seguintes do Provimento nº 260/CGJ/2013?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

18) Os documentos e livros são mantidos em bom estado de conservação, bem como sua escrituração satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, inutilização de espaços em branco, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc.) ?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

19) São observadas as disposições constantes da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº. 02/2005, relativas aos Selos de Fiscalização?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

20) É adotado livro ou sistema informatizado para controlar as requisições, os lotes recebidos e os selos de fiscalização utilizados, consoante o disposto no artigo 14 da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 002/2005?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

21) É encaminhada à Receita Federal a "Declaração sobre Operações Imobiliárias - DOI", consoante o disposto no artigo 15 do Decreto-Lei nº 1.510/1976 c/c Instrução Normativa SRF nº 1.112/2010?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

22) O Oficial utiliza os módulos obrigatórios da CRI-MG (Central Eletrônica de Registro de Imóveis do Estado de Minas Gerais), consoante cronograma e determinação contidos no art. 1.024-B do Provimento nº 260/CGJ/2013, acrescentado pelo Provimento nº 317/CGJ/2016, de 29 de fevereiro de 2016?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

23) O Oficial acessa diariamente os módulos referidos no caput do artigo 1.024-B, pelo menos duas vezes, sempre no início e no fim do expediente, a fim de receber, processar e enviar os arquivos eletrônicos e as comunicações que lhes são remetidas na plataforma da CRI-MG, bem como para atender às solicitações de informações e/ou emissão de certidão em relação aos atos praticados em suas serventias?

(ATENÇÃO: Os oficiais que optarem por solução de comunicação WebService estarão dispensados da verificação a que se refere o §6º do artigo 1.024-B, desde que atendidas as especificações técnicas e de segurança contidas no Manual Técnico Operacional referido no § 2º do art. 1.024-B do Provimento nº 260/CGJ/2013).

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

24) O Oficial remete à CRI-MG, por meio do Banco de Dados Simplificado-BDS, os dados estabelecidos no §1º do art. 1.024-G, nos prazos definidos no §2º do mesmo dispositivo, ambos do Provimento nº 260/CGJ/2013, com redação acrescentada pelo Provimento nº 317, de 29 de fevereiro de 2016?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

25) Os títulos apresentados são protocolizados no momento de sua entrada na Serventia, consoante o disposto nos artigos 174, 182 e 186 da Lei nº 6.015/1973 c/c os artigos 642 (com a nova redação dada pelo Provimento nº 260/CGJ/2013) e 643 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

26) Na escrituração do Livro nº 01 - Protocolo são observados todos os requisitos previstos artigo 175 da Lei nº 6.015/1973 c/c artigo 647 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

27) A escrituração do Livro nº 01 - Protocolo é encerrada diariamente, consoante o disposto no artigo 184 da Lei nº 6.015/1973 c/c artigo 651 e 652 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

28) Na escrituração do Livro nº 02 - Registro Geral são observados todos os requisitos previstos no artigo 176 da Lei nº 6.015/73?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

29) O registro é realizado no prazo de 30 (trinta) dias da protocolização dos títulos, conforme previsto no artigo 188 da Lei nº 6.015/1973 c/c artigo 668 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

30) É observado o prazo de 5 (cinco) dias para o fornecimento de certidão, consoante o disposto no artigo 19 da Lei nº 6.015/1973?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

31) São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados às incorporações imobiliárias, consoante o disposto no artigo 32 da Lei nº 4.591/1964?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

32) Para a individualização e discriminação das unidades imobiliárias é observado o disposto no artigo 44 da Lei nº 4.591/1964?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

33) São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos loteamentos, consoante o disposto no artigo 18 da Lei nº 6.766/1979?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

34) São canceladas as prenotações, decorridos 30 (trinta) dias do seu lançamento no Protocolo, dos títulos não registrados por omissão do interessado em atender às exigências legais, consoante o disposto no artigo 205 da Lei nº 6.015/73 c/c artigo 673, caput, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

35) É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do "Livro nº 4 - Indicador Real" (artigo 173, inciso IV e artigo 179 da Lei Federal nº 6.015/1973 e artigo 627, inciso IV do Provimento nº 260/CGJ/2013) e do "Livro nº 5 - Indicador Pessoal" (artigo 173, inciso V e artigo 180 da Lei Federal nº 6.015/1973 e artigo 627, inciso V do Provimento nº 260/CGJ/2013), os quais podem ser substituídos pelo sistema de fichas ou pelo sistema informatizado de base de dados, consoante o disposto no artigo 736 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

36) Para a averbação de retificação de área, os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados de acordo com os valores previstos no item 1, alínea c, da Tabela 4 - Atos do Oficial de Registro de Imóveis, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

37) Para a averbação de construção, baixa e habite-se, a cobrança dos emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária é feita segundo os valores previstos no item 1, alínea j, da Tabela 4 - Atos do Oficial de Registro de Imóveis, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

38) Para a averbação de construção, baixa e habite-se, a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita observando-se como parâmetro o valor da construção, conforme disposto no artigo 10, §3º, da Lei Estadual nº 15.424/2004, ou, na hipótese de não haver avaliação pelo órgão municipal competente, o valor declarado pela parte, em cumprimento à decisão proferida pelo Conselho da Magistratura, nos autos do Processo nº 1.0000.08.481304-7/000?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

39) Para o registro de formal de partilha ou de escritura pública de inventário e partilha, em se tratando de um único imóvel a ser registrado em nome de várias pessoas, em regime de condomínio, é feito um único registro em nome de todos, tendo por parâmetro o valor dos bens e direitos a serem transmitidos, para efeito de cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária, consoante o disposto no art. 10, § 3º, inciso XV, da Lei Estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

40) Para o registro de pacto antenupcial, os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados "sem conteúdo financeiro", segundo os valores previstos no item 5, alínea d, da Tabela 4, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

41) É observado o disposto no artigo 176, § 1º, inciso I, da Lei nº 6.015/1973 c/c art. 686 do Código de Normas - Provimento nº 260/CGJ/2013, em cumprimento à decisão proferida pelo Conselho da Magistratura no Processo nº 1.0000.05.421316-0/000(1), a fim de que a abertura de matrícula seja feita apenas em relação a imóveis já existentes, observada a vedação de abertura de matrícula para frações ideais de imóvel?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

42) Para os atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), é concedida a redução de 50% (cinquenta por cento) prevista no artigo 290 da Lei nº 6.015/1973?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

43) Para fins do disposto na Lei Federal nº 7.433/1985 e no Decreto nº 93.240/1986, são expedidas as 03 (três) certidões indispensáveis à lavratura de escritura pública envolvendo bem imóvel (certidão de inteiro teor da matrícula, certidão de ônus reais e certidão de ações reais e pessoais reipersecutórias)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

44) Quando a certidão de ônus reais e a certidão de ações reais e pessoais reipersecutórias são expedidas numa mesma folha, os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados em separado para cada uma delas, segundo os valores previstos no item 4, alínea b, da Tabela 8 - Atos Comuns a Registradores e Notários, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, bem como é utilizado um selo de fiscalização para cada uma delas, conforme dispõe o artigo 11, inciso VIII, alínea c, da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 02/2005?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

45) Para a emissão da certidão de inteiro teor da matrícula, os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados segundo os valores previstos no item 4, alínea a, da Tabela 8 - Atos Comuns a Registradores e Notários, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, independente do número de folhas?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

46) Para o registro de instituição, reserva, transferência ou cessão de usufruto, os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados segundo os valores previstos no item 5, alínea e, da Tabela 4, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, tendo por parâmetro a terça parte (1/3) do valor do imóvel, para efeito de enquadramento na Tabela, consoante o disposto na Nota V da referida Tabela?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

47) Para a averbação de renúncia ou extinção de usufruto, os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados segundo os valores previstos no item 1, alínea g, da Tabela 4, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, tendo por parâmetro a terça parte (1/3) do valor do imóvel, para efeito de enquadramento na Tabela, consoante o disposto na Nota V da referida Tabela?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

48) É observado o disposto no artigo 8º, § 3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nos registros envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

49) É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1972 nos registros envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

50) É observado o disposto no artigo 106 do Provimento nº 260/CGJ/2013, a fim de que a cobrança pelos atos de arquivamento seja feita apenas em relação aos documentos estritamente necessários à prática dos atos notariais e de registro e cujo arquivamento é expressamente exigido em lei?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

51) O selo de fiscalização é utilizado na rigorosa sequência da numeração alfanumérica, conforme o disposto no artigo 10, inciso II, da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 02/2005?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

52) É emitida uma única Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Judiciárias (GRCTJ) para cada período a que se refere o caput do artigo 2º, abrangendo todos os atos praticados nesse período, fazendo constar a quantidade de cada tipo de ato notarial e de registro praticado no período, acompanhada dos respectivos códigos fiscais, consoante o disposto no artigo 4º, §2º da Portaria-Conjunta nº 03/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

53) São mantidos atualizados, perante a CRI-MG e à CNIB, os dados relativos às aquisições e arrendamentos de imóveis rurais por estrangeiros e às indisponibilidades de bens, conforme disposto nos artigos 117, 752, § 1º, e 1.024-Q, todos do Provimento nº 260/CGJ/2013 (com nova redação determinada pelo Provimento nº 317, de 29 de fevereiro de 2016)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

54) Em se tratando de serventia vaga, são enviadas à Corregedoria-Geral de Justiça, por meio eletrônico, as informações relativas ao módulo "Receitas-Despesas", nos termos dos artigos 34 e seguintes do Provimento nº 260/CGJ/2013 (Caso a serventia esteja regularmente provida, marcar opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

55) São emitidos, impressos e arquivados na serventia os recibos de transmissão de dados relativos à "Central Eletrônica de Atos Notariais e de Registro", consoante o disposto no artigos 118 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

56) São emitidos, impressos e arquivados na serventia os recibos de transmissão de dados relativos ao módulo "Receitas-Despesas", consoante o disposto no artigo 118 do Provimento nº 260/CGJ/2013? (Caso a serventia esteja regularmente provida, marcar opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

57) A serventia abstém-se de efetuar registro dos contratos de arrendamento, afeto às atribuições do Oficial de Registro de Títulos e Documentos, nos termos do disposto no artigo 127, inciso VII e parágrafo único, da Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, consoante o Aviso nº 41/CGJ/2011?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

58) O registro dos pactos antenupciais e das escrituras públicas de união estável menciona os nomes e a qualificação das partes, as disposições ajustadas quanto ao regime de bens, o Tabelionato de Notas, o livro e a folha em que tiverem sido lavrados, conforme artigo 731 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

59) Após o registro do parcelamento do solo ou da incorporação imobiliária, até a emissão da carta de habite-se, as averbações e registros relativos à pessoa do incorporador ou referentes a direitos reais de garantias, cessões ou demais negócios jurídicos que envolvam o empreendimento são realizados na matrícula de origem do imóvel e em cada uma das

matrículas das unidades autônomas eventualmente abertas, considerando-se como ATO ÚNICO, para efeito de cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária, nos termos do artigo 237-A, § 1º, da Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, não importando a quantidade de unidades autônomas envolvidas ou de atos intermediários existentes?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

60) A forma de cobrança prevista no artigo 237-A, § 1º, da Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, é aplicada a todos os parcelamentos e incorporações imobiliárias, não se encontrando restrito às incorporações objeto do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, nos termos da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça no Procedimento de Controle Administrativo nº 0005525-75.2009.2.00.0000 (200910000055254), divulgada pelo Aviso nº 24/CGJ/2012, de 5 de junho de 2012?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

61) Nos casos de penhora decorrente de ordem judicial, é utilizado um selo ISENTTO, no documento em que certificar a prática do ato, no momento do registro da penhora, bem como, no momento do ato de averbação de cancelamento da penhora, são utilizados dois selos, no

documento em que certificar a averbação, sendo um selo PADRÃO referente ao registro da penhora cuja Taxa de Fiscalização Judiciária é recolhida, ao final, pelo executado, bem como outro selo PADRÃO relativo à respectiva averbação, conforme alínea a, segundo disposto no artigo 11, inciso IV, alínea o, da Portaria-Conjunta nº 02/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

62) Nos casos de penhora decorrente de ordem judicial, consoante artigo 13 da Lei Estadual nº 15.424/2004, no preenchimento da Declaração de Apuração e Informação da Taxa de Fiscalização Judiciária (DAP/TFJ), a quantidade de atos praticados e os respectivos códigos de recolhimento são acompanhados das descrições complementares constantes do campo "Desconto/Isenção", conforme disposto no artigo 104 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

63) Desde o dia 4 de agosto de 2016, quando foi publicada a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ nos autos do Recurso Especial nº 1.142.006/MG, para o registro de células e notas de crédito rural são cobrados os valores previstos na alínea "g" do item 5 da "

Tabela 4" - "Atos do Oficial de Registro de Imóveis", do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, segundo os parâmetros estabelecidos pelo § 3º do seu art. 10, com a utilização do tipo de tributação 1 ("normal")?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

64) O Oficial atualiza semestralmente, diretamente via internet, todos os dados no sistema "Justiça Aberta", até o dia 15 (quinze) dos meses de janeiro e julho (ou até o dia útil subsequente), mantendo atualizadas quaisquer alterações cadastrais, em até 10 (dez) dias após suas ocorrências, conforme disposto no artigo 2º do Provimento nº 24, de 23 de outubro de 2012, da Corregedoria Nacional de Justiça e artigo 120 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

65) A Serventia possui o Livro Registro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa, instituído pelo Provimento nº 34/CNJ/2013, cuja vigência se deu a partir de 12 de agosto de 2013 (conforme Provimento nº 35/CNJ/2013 c/c art. 67, II, do Provimento nº 260/CGJ/2013, com a nova redação determinada pelo Provimento nº 321, de 4 de maio de 2016), e sua escrituração obedece às normas prescritas no citado Provimento do CNJ e nos arts. 67 e seguintes do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

66) Em se tratando de serventia vaga, seu responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, em conformidade com o Aviso 26/CGJ/2010 e Aviso 36/CGJ/2013 c/c artigos 32 e 33 do Provimento nº 260/CGJ/2013? (Caso a serventia esteja regularmente provida ou, mesmo estando vaga, a renda líquida não exceder ao teto remuneratório, marcar a opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

67) São mantidas cópias de segurança em microfilme, ou arquivo em mídia digital formado por imagens extraídas por meio de "scanner", ou fotografia, ou arquivo de dados assinado eletronicamente com certificado digital emitido em consonância com as normas do ICP-Brasil, ou qualquer outro método hábil, que, em sua fase inicial, deverá abranger os livros obrigatórios previstos em lei, de acordo com a Recomendação nº 09/2013, com as alterações introduzidas pela Recomendação nº 11/2013, ambas do Conselho Nacional de Justiça?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

68) Nas averbação da emissão de Cédula de Crédito Imobiliário - CCI, prevista nos artigos 18 e seguintes da Lei nº 10.931/2004, quando apresentada em momento distinto da solicitação de registro da garantia real, a cobrança de emolumentos está sendo feita com valor correspondente a averbação sem valor declarado, de acordo com a decisão proferida pela Corregedoria Nacional de Justiça, nos autos do Pedido de Providências - Corregedoria nº 0004451-15.2011.2.00.0000, com força normativa, amplamente divulgada pelo Aviso nº 29/CGJ/2013, de 1º de julho de 2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

69) Pelos atos de prenotação, são cobrados os emolumentos e recolhida a Taxa de Fiscalização Judiciária, de acordo com o item 7 da Tabela 4 - Atos do Oficial de Registro de Imóveis, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004 c/c artigo 644 do Provimento nº 266/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

70) A cobrança de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária pelo registro de alienação fiduciária é feita tendo como parâmetro o valor da dívida?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

71) O registro ou a averbação da cédula de crédito bancário e da cédula de crédito imobiliário, bem como o registro da garantia do crédito respectivo, quando solicitados simultaneamente, são considerados como ato único para efeito de cobrança de emolumentos e respectiva Taxa de Fiscalização Judiciária, de acordo com a Nota VIII da Tabela 4 - Atos do Oficial de Registro de Imóveis, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

72) A cobrança de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária pela averbação do ato de desmembramento é feita de acordo com o item 1, alínea I, da Tabela 4 - Atos do Oficial de Registro de Imóveis, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

73) A cobrança de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária pela averbação do ato de divisão é feita de acordo com o item 5, alínea e, da Tabela 4 - Atos do Oficial de Registro de Imóveis, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, tendo como parâmetro o valor de cada unidade imobiliária surgida da divisão?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

74) O Oficial procede à nomeação ou destituição de substitutos e escreventes por meio de Portaria Interna que discrimine as atribuições de cada um dos escreventes designados e que contenha todos os demais requisitos contidos no art. 21, § 2º, do Provimento nº 260/CGJ/2013, com a nova redação determinada pelo Provimento nº 298/CGJ/2015?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

75) O Oficial encaminha cópia da Portaria Interna, por ofício, ao diretor do foro da comarca e à Corregedoria-Geral de Justiça, pelo Malote Digital, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da nomeação ou destituição, consoante o disposto no artigo 21, § 3º, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

76) O Oficial encaminha ao diretor do foro e à Corregedoria-Geral de Justiça as informações sobre a contratação e dispensa de auxiliares, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, nos moldes determinados pelo artigo 21, § 4º, do Provimento nº 260/CGJ/2013, com a nova redação determinada pelo Provimento nº 298/CGJ/2015?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

77) O Oficial acessa diariamente o Sistema Hermes - Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que é o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, consoante o disposto nos arts. 121 a 123 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

78) O Oficial possui Livro de Controle de Depósito Prévio, consoante o disposto no art. 67, inciso III, e art. 70, ambos do Provimento nº 260/CGJ/2013?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

79) Na recepção de títulos somente para exame e cálculo, o Oficial disponibiliza ao usuário e mantém na Serventia o devido requerimento escrito e expresso do interessado, consoante o disposto no artigo 636 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

80) O Oficial se abstém de lançar, no Livro nº 1 - Protocolo, os títulos apresentados somente para exame e cálculo, consoante vedação disposta no artigo 637 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

81) É respeitado o prazo para exame ou qualificação do título, cálculo dos emolumentos e disponibilização para retirada pelo apresentante, que é de no máximo 15 (quinze) dias, contados da data em que ingressou na serventia, consoante o disposto no artigo 638 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

82) O Oficial de Registro expede nota, de forma clara e objetiva, em papel timbrado da serventia, datada e chancelada pelo preposto responsável, acerca do exame do título apresentado e do cálculo integral dos emolumentos, abrangendo completamente a situação examinada, em todos os seus aspectos relevantes para o registro, complementação ou seu indeferimento, permitindo quer a certeza correspondente à aptidão registrária (título apto para

registro), quer a indicação integral das deficiências para a inscrição registral e o modo de suprimento, ou a negação de acesso, consoante o disposto no artigo 639 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

83) A serventia emite e arquiva os recibos da devolução do título ao apresentante, com a competente nota do exame e cálculo, consoante o disposto nos artigos 640 e 641 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

84) O Oficial observa o procedimento de destinar a cada título um número de ordem do protocolo, independentemente da quantidade de atos que gerar, consoante o disposto no artigo 644 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

85) É fornecido às partes recibo-protocolo contendo numeração de ordem idêntica à lançada no Livro nº 1 - Protocolo, para garantir a prioridade do título e a preferência do direito real, consoante o disposto no artigo 648 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

86) Há na serventia mecanismo de controle de tramitação simultânea de títulos contraditórios ou excludentes de direitos sobre um mesmo imóvel, consoante o disposto no artigo 649 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

87) Na coluna destinada à anotação dos atos formalizados são lançados, em forma resumida, os atos praticados, inclusive nos livros anteriores ao atual sistema de registro, consoante o disposto no artigo 655 do Provimento nº 260/CGJ/2013, com a nova redação dada pelo Provimento nº 310/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

88) Em caso de permuta e pertencendo os imóveis à mesma circunscrição, são feitos os registros nas matrículas correspondentes sob um único número de ordem no protocolo, consoante o disposto no artigo 657 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

89) O Oficial observa o dever de proceder ao exame exaustivo do título apresentado a registro, sendo que, havendo exigências de qualquer ordem, estas são formuladas de uma só vez, por escrito, articuladamente, de forma clara e objetiva, em papel timbrado do Ofício de Registro de Imóveis, com data, identificação e assinatura ou chancela do preposto responsável, para que o interessado possa satisfazê-las ou, não se conformando, requerer a suscitação de dúvida, consoante o disposto no artigo 660 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

90) Reingressando o título no prazo de vigência da prenotação com as exigências cumpridas, o ato é praticado no prazo máximo de 15 (dias) dias, sob o mesmo número de ordem, consoante o disposto no artigo 664 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

91) O prazo para exame, qualificação e devolução do título com exigências ao apresentante que é de, no máximo, 15 (quinze) dias, é respeitado, consoante o disposto no artigo 668 do Provimento nº 260/CGJ/2013 (com redação determinada pelo Provimento nº 325, de 20 de maio de 2016), ressalvados os casos de usucapião extrajudicial, consoante disposto no § 1º do art. 216-A da Lei dos Registros Públicos e no § 1º do art. 1.024-A do Provimento?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

92) O Oficial procede ao registro das escrituras de união estável, quando contiverem pactos patrimoniais, no Livro nº 3, e a sua averbação na matrícula dos imóveis, consoante o disposto no artigo 730 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

93) O registro dos pactos antenupciais e das escrituras públicas de união estável menciona os nomes e a qualificação das partes, as disposições ajustadas quanto ao regime de bens, o Tabelionato de Notas, o livro e a folha em que tiverem sido lavrados, consoante o disposto no artigo 731 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

94) O Oficial mantém, em base de dados informatizada, controle das indisponibilidades de bens comunicadas pela Corregedoria-Geral de Justiça ou por autoridades judiciais e administrativas que detenham essa competência legal, consoante o disposto no artigo 752, caput, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

95) O Oficial mantém registro das indisponibilidades no Livro nº 5 - Indicador Pessoal (mesmo que na serventia não haja imóveis ou direitos registrados) e em solução de comunicação com a CNIB (Central Nacional de Indisponibilidade de Bens), consoante o disposto no artigo 14, § 2º, do Provimento nº 39/CNJ/2014 c/c art. 754 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

96) Consta nos registros e certidões emitidas a informação de que o registro efetuado na forma dos arts. 622 e 623 do Provimento nº 260/CGJ/2013 não dispensa o registro das garantias de bens móveis, que deverão ser efetuados no Ofício de Registro de Títulos e Documentos competente, salvo no caso de penhor rural, industrial, mercantil ou à exportação, consoante o disposto no artigo 871, parágrafo único, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

97) Os nomes das pessoas cujos bens forem tornados indisponíveis são lançados com essa observação no Livro nº 5 - Indicador Pessoal, consoante o disposto no artigo 754, caput, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

98) É respeitado o prazo de até 3 (três) dias úteis, no registro e averbação das cédulas e notas de crédito rural, industrial, à exportação, comercial, de produto rural, bem como suas garantias, modificações e cancelamentos, contados da data de seu protocolo, observando-se o prazo de 15 (quinze) dias nos períodos cuja sazonalidade decorrente de liberação de crédito para plantio e custeio implique aumento de demanda, consoante o disposto no artigo 876, caput, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

99) É respeitado o prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de seu protocolo para o registro e averbação de cédulas de crédito imobiliário e bancário, bem como suas garantias, modificações e cancelamentos, consoante o disposto no artigo 876, parágrafo único, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

100) O Oficial, ao efetuar o registro da instituição de condomínio, abre tantas matrículas quantas forem as unidades autônomas integrantes do empreendimento, consoante o disposto no artigo 943, caput, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

101) Para o registro de incorporação imobiliária é observada a necessidade de prévio registro da instituição e da convenção de condomínio, consoante o disposto no artigo 963, inciso I, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

102) O reconhecimento extrajudicial de usucapião é realizado de acordo com a regulamentação contida no "Capítulo X-A - Do Reconhecimento Extrajudicial de Usucapião" (arts. 1.018-A e seguintes), do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

103) O Oficial utiliza o selo de fiscalização de face PADRÃO para cada período de 05 (cinco) anos, no documento que ensejar a prática do ato, nos atos de "Busca" (caso não haja o fornecimento de certidão de ato lavrado), consoante o disposto no artigo 11, inciso VIII, alínea b, da Portaria-Conjunta nº 02/TJMG/CGJ/SEF-MG/2005?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

104) A mudança de endereço, número de telefone, endereço de correspondência eletrônica (e-mail), sítio eletrônico ou outro meio de comunicação utilizado pela serventia foi imediatamente comunicada ao diretor do foro e à Corregedoria-Geral de Justiça, consoante o disposto no artigo 56 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

105) Desde 1º de dezembro de 2014, a Taxa de Fiscalização Judiciária - TFJ é recolhida por meio da Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Judiciárias - GRCTJ, emitida no endereço eletrônico do TJMG (www.tjmg.jus.br), no menu Cartórios Extrajudiciais / Serviços para os Cartórios / Recolhimento da TFJ - Emissão de GRCTJ, conforme Aviso nº 65/CGJ/2014 e art. 4º da Portaria-Conjunta nº 03/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG, com a redação atribuída pela Portaria Conjunta nº 014/2014/TJMG/CGJ/SEF-MG?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

106) Estão sendo recolhidas as contribuições sindicais compulsórias devidas ao(s) sindicato(s) a que a serventia é vinculada, consoante disposto no art. 8º, IV, da Constituição Federal?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

107) Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correição ordinária geral realizada no ano anterior?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

108) Quanto ao selo de fiscalização utilizado na serventia:

() A) ainda não foi implantado o selo de fiscalização eletrônico (a serventia utiliza exclusivamente selo físico). Obs.: para esta hipótese SERÁ necessário o preenchimento do quadro 'estoque dos selos na serventia' abaixo;

() B) foi implantado o selo de fiscalização eletrônico, ainda na fase inicial de 'dupla selagem' (a serventia utiliza simultaneamente os selos físico e eletrônico), conforme Portaria abaixo indicada (indicar, no campo observações, o número da portaria de implantação do selo de fiscalização eletrônico). Obs.: para esta hipótese SERÁ necessário o preenchimento do quadro 'estoque dos selos na serventia' abaixo;

() C) já foi efetivada a implantação definitiva do selo de fiscalização eletrônico (a serventia utiliza exclusivamente selo eletrônico, tendo sido recolhidos os selos físicos), conforme Portaria abaixo indicada (indicar, no campo observações, o número da portaria que efetivou a implantação definitiva do selo de fiscalização eletrônico). Obs.: para esta hipótese NÃO será necessário o preenchimento do quadro 'estoque dos selos na serventia' abaixo.

Observações

Listar as medidas saneadoras adotadas

TIPO DE SELO	ESTOQUE INICIAL (copiar Estoque Final do relatório da correção anterior)	SELOS RECEBIDOS (conferir notas fiscais e DAPs desde a correção anterior)	SELOS UTILIZADOS (= Estoque Inicial + Selos Recebidos - Estoque Final)	ESTOQUE FINAL (quantidade de selos existentes na data da correção atual)	SÉRIE E NÚMERO DOS SELOS EM ESTOQUE
Padrão					
Isento					
Certidão					
Arquivamento					

OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS:

- 1) Para preenchimento, no quadro acima, da coluna "SELOS RECEBIDOS", consulte o "Relatório de Pedidos Entregues", disponível no menu "Selo de Fiscalização Física" do SISNOR.
- 2) Aqui devem ser mencionadas outras observações e/ou recomendações que não se encaixem nos itens específicos.

- 3) Caso o campo "Observações", em cada item, seja insuficiente, deverá ser utilizada outra folha.
- 4) Fica estabelecido o prazo de _____ dias para cumprimento das recomendações constantes deste Relatório, devendo o Auxiliar de Fiscalização adotar as providências a seu cargo e informar a respeito ao MM. Juiz de Direito, até o término do prazo determinado.